Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Fls.: 1
Est. do Paraná

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ

REQUERIMENTO Nº 4/2025

ILSON DONIZETE GAGLIANO, AILTON STIPP KULCAMP, RODRIGO CORDEIRO MAIA DOS SANTOS, VALDECI RODRIGUES DIAS, ALEX SANDRO APARECIDO GEREMIAS DA FONSECA, EMERSON DA SILVA BERTOTTI, FERNANDO RODRIGUES DORTA, LEVI IZALINO SHUINDT, SÉRGIO MARTINS DE OLIVEIRA, Vereadores que o presente subscreve, em pleno exercício de suas prerrogativas parlamentares, vêm mui respeitosamente perante Vossa Excelência, **REQUERER**, após menção do Plenário, que seja oficializado aos Gabinetes das Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para apresentar uma **MOÇÃO DE APOIO** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2025, que susta os efeitos da Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA que flexibilizou as condições do aborto extrapolando os marcos legais, de forma que menores de 14 anos podem fazer aborto sem o conhecimento e consentimento dos pais, e ao Projeto de Lei nº 1.904/2024, que visa reconhecer como homicídio simples quando feticídio for realizado depois da 22ª semana de gestação.

MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA:

Configurou-se, de modo especial a partir da segunda metade do século XX, um forte movimento mundial pela legalização do aborto. Práticas que até então eram vistas como crimes, pretenderam passar a ser reconhecidas como direitos humanos. Mais recentemente passou-se a pretender estender o reconhecimento do aborto como direito até o momento do parto. Tal pretensão vai diretamente contra o sentido da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que afirma que ***"todo ser humano tem direito à vida"***, independente da legislação positiva. Pretende-se solapar os princípios fundamentais da democracia moderna, entre os quais o principal é ser uma verdade auto evidente que todo ser humano é dotado de direitos inalienáveis e, entre estes, o primeiro é o direito à vida. É o coração da *Declaração.*

Para que o direito de matar não venha estender-se a todos os nove meses da gestação, e daí venha a estender-se mais ainda, a Câmara de (município tal), vem apresentar esta Moção de Apoio a dois projetos em tramitação no Congresso Nacional, o PDL 03/2025 e o PL 1904/2024.

Câmara Municipal de Ivaiporã - Ivaiporã - PR
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

021616

COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12025/03/14021616

Número / Ano	021616/2025
Data / Horário	14/03/2025 - 14:24:18
Ementa	MOÇÃO DE APOIO ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2025, que susta os efeitos da Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e ao Projeto de Lei nº 1.904/2024, que visa impedir que o aborto seja reconhecido como direito, sem previsão de limite de tempo gestacional, durante todos os nove meses da gravidez, até o momento do parto.
Autor	Ilsinho da Saúde
Natureza	Legislativo
Tipo Matéria	Requerimento
Número Páginas	5
Número da Matéria	4
Emitido por	BrunaCaetano

CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ
Lido em sessão realizada
Em, 17 / março / 2025

Bruna

Reunião Ordinária
1ª e única discussão
Câmara de Vereadores
APROVADO por unanimidade
Em, 17 / 3 / 2025
Ata(s) n.º 9.153

Bruna

Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Fls.: 1 - V.
Est. do Paraná

Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Fls.: 2
Est. do Paraná

O aborto sempre foi definido pelos tratados de Medicina como

"a interrupção clínica ou cirúrgica da gestação de um feto vivo ainda não viável".[1]

A própria *Organização Mundial da Saúde*, até recentemente, também definia o aborto como

"a interrupção da gestação antes das 20 semanas de gestação".[2]

Eis que, no entanto, a mesma *Organização Mundial da Saúde*, a partir de 2022, passou a definir o aborto de um modo completamente diverso e inédito na história, indo na contramão dos *Direitos Humanos.* Com a entrada em vigor da *11ª Classificação Internacional de Doenças – CID 11*, sob o código JA00.1, desde 2022 a OMS passou a definir que

> *"O aborto provocado é a completa expulsão de um embrião ou um feto,* ***independentemente do tempo gestacional****, como consequência de uma interrupção deliberada de uma gestação em curso, por meios médicos ou cirúrgicos,* ***com a intenção de não haver um nascimento com vida.****"*[3]

A partir desta nova e surpreendente definição, iniciou-se uma vasta movimentação, muito bem organizada, de inúmeras instituições que já promoviam a causa do aborto, para que a sua prática fosse estendida, como um direito, agora durante todos os nove meses da gestação. Isto é, até o momento do parto. E quem sabe o que poderá vir depois, quando as novas leis tiverem se tornado costume? Já estamos assistindo a este novo ativismo e, nos próximos anos, deveremos vê-lo crescer ainda mais.

Entre as iniciativas que procuram promover o aborto durante todos os nove meses da gestação está a ***Resolução 258*** de 23 de dezembro de 2024 do ***Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA***. Trata-se da instituição a quem cabe, entre outras atribuições, definir as diretrizes e o funcionamento dos ***Conselhos da Criança e do Adolescente*** e dos ***Conselhos Tutelares*** em todo o Brasil.

A ***Resolução 258/2024*** do ***CONANDA*** estabelece que toda gestante menor de 14 anos deverá ser encaminhada a um órgão do *Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente* (SGDCA), entre os quais se incluem os *Conselhos Tutelares*, onde deverá ser orientada e encaminhada imediatamente para um serviço público de aborto, ***independentemente do conhecimento e da presença dos pais ou responsáveis*** (artigo 20). Toda gestação de menores de 14 anos deverá ser obrigatoriamente denunciada ao Conselho Tutelar (artigo 2°, XII; artigo 14), sendo irrelevante a análise sobre o consentimento da relação sexual

---

[1] *Cunningham, F. G: Obstetrícia de Williams, C. 18, 24ª Edição, 2016.*
[2] *Cunningham, F. G: Obstetrícia de Williams, C. 18, 24ª Edição, 2016.*
[3] *https://icd.who.int/browse/2024-01/mms/en#1517114528*

Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Fls.: 3
Est. do Paraná

(artigo 2°, IX). Os pais, se tiverem conhecimento da gestação de sua filha, ***não poderão manifestar-se contrariamente ao aborto*** (artigo 21), e não poderão exigir a sua presença durante o procedimento (artigo 23).

Ademais, segundo o artigo 32, o aborto deverá ser realizado

> *"**independentemente do tempo gestacional ou do peso fetal e sem previsão de limite de tempo gestacional** para a realização do procedimento, **segundo orientações da Organização Mundial da Saúde**".*[4]

Diante da *Resolução 258 do CONANDA*, os vereadores deste município vem manifestar o seu apoio ao *Projeto de Decreto Legislativo 03/2025*, que *"susta os efeitos da Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024"*. Entre as justificativas apresentadas por seus autores encontram-se as seguintes:

> *"A Resolução do Conanda ignora o artigo 4º do Código Civil, que considera absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de quatorze anos de idade, e institui uma autonomia decisória completa, **que dispensa qualquer tipo de autorização dos pais ou responsáveis pela criança**. Sendo assim, prevê, na prática, **uma submissão quase compulsória ao procedimento do aborto**.*
> ***Ademais, em sua disposição mais estarrecedora, a Resolução prevê** que o procedimento de aborto poderá ser realizado independentemente de comunicação aos responsáveis legais, de modo que tais fatos não constituam 'obstáculos indevidos', e também prevê **que o limite de tempo gestacional para o aborto não possuirá previsão legal e não deverá ser utilizado como instrumento de óbice para a realização do procedimento.** Na prática, isto é dizer que bebês de até nove meses de gestação poderão ser mortos de maneira indiscriminada, a despeito de toda a literatura médica que há a respeito do assunto, e em total desconsideração aos fatos científicos e ao bom senso".*[5]

Manifestamos igualmente nosso apoio ao *Projeto de Lei 1904/2024*, de autoria de várias dezenas de deputados, que criminaliza quem matar um ser humano já viável, nos últimos meses da gestação, não com as penas do aborto, mas com as do homicídio. Pois é fato que tal procedimento nunca foi entendido como um aborto, a não ser, a partir de 2022, pela *Organização Mundial da Saúde*. E, por outro lado, sempre entendeu-se que ***"todo ser humano tem direito à vida"***. Ademais, nenhuma mulher, mesmo quando vítima de violência, precisa matar ***um ser humano já viável*** para se ver livre de uma gestação. Em todo caso ela deverá passar por um parto, mas terá que escolher entre dar à luz um bebê vivo ou um bebê morto. O bebê vivo

[4] ***https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-258-de-23-de-dezembro-de-2024-605843803***
[5] ***https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2482078***

Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Fls.: 4
Est. do Paraná

poderá ser imediatamente adotado por uma família já está à espera de seu filho através das instituições do Judiciário. Seria nesta direção que os Conselhos Tutelares não só deveriam como poderiam orientar. Matar um ser humano já viável seria uma morte gratuita e nunca se considerou tal ato como um aborto. O aborto sempre foi entendido *com referência a uma gestação de um feto ainda inviável*. ***Matar um ser humano viável constitui homicídio.*** De fato, matar um ser humano é a própria definição de homicídio e os bebês prematuros nas maternidades sempre foram entendidos como seres humanos. E, neste caso, seria, ademais, ***um homicídio inútil.***[6]

A importância da proposição do PL 1904/2024 deve ser vista dentro do quadro mais vasto, em que estamos entrando, especialmente desde 2022, de desconstrução dos direitos humanos como ***realidades inalienáveis que independem da legislação positiva.*** Assim é que, em março de 2024, o *Conselho Federal de Medicina*, fazendo uso de atribuições previstas em lei, publicou a *Resolução 2.378/2024*, em que proibia-se aos médicos a realização do procedimento de assistolia fetal. Trata-se do procedimento pelo qual provoca-se, nos últimos meses da gestação, a parada cardíada de um nascituro ainda no útero, para poder ser depois retirado, já sem vida, do ventre materno. Ao proibir a prática da assistolia, o CFM, na prática, estava proibindo aos médicos a prática do aborto quando o nascituro já fosse viável, desde o quinto até o nono mês da gestação.[7]

Não se passaram dois meses e, a pedido do PSOL, que para tanto ingressou no Supremo Tribunal Federal com a ADPF 1141, o tribunal concedeu uma liminar que declarava inconstitucional a Resolução 2378 do CFM, sustentando a constitucionalidade dos procedimentos de aborto após a viabilidade fetal. Como justificativa, a liminar considerava que a Resolução 2378 estaria limitando a realização de um procedimento médico reconhecido pela *Organização Mundial de Saúde* (OMS) e recomendado para os últimos meses da gestação:

> *"O Conselho limitou a realização de* ***procedimento médico reconhecido e recomendado pela Organização Mundial de Saúde, inclusive para interrupções de gestações ocorridas após as primeiras 20 semanas de gestação,*** *afastando-se de padrões científicos compartilhados pela comunidade internacional".*[8]

A *Resolução 258* do *CONANDA*, assim como várias outras iniciativas que proximamente se seguirão, nada mais são do que peças de um ativismo internacional que irá conduzir a um novo padrão de direitos humanos, não mais vistos como direitos inalienáveis, mas como concessões da legislação positiva.

Dada a importância dos valores envolvidos, pretende-se, por meio desta Moção, manifestar expresso apoio ao Excelentíssimo Presidente do Senado, Senador David Alcolumbre, e ao Excelentíssimo Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, realçando a defesa do direito à vida, inerente a todo ser humano, independentemente da lei positiva, cuja derrocada destruirá também os princípios fundamentais da democracia.

---

[6] ***https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493***
[7] ***https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2024/2378_2024.pdf***
[8] ***https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF1141DECISaOLIMINAR.pdf***

Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Fls.: 5
Estado do Paraná

E não se pode, tampouco, desprezar a vontade popular. O parágrafo único do artigo 1°, da nossa atual Constituição, declara que todo poder emana do povo e é exercido por meio de seus representantes, de quem, portanto, esta Moção se faz voz. Através de diversas pesquisas, realizadas por variados institutos, tem-se encontrado invariavelmente que a posição do povo brasileiro é majoritariamente, e também, crescentemente, contrária ao aborto. Ademais, dificilmente se encontrará um cidadão brasileiro que concorde na existência de um direito de matar uma criança de 5, 7 ou 9 meses de gestação, capaz de sobreviver fora do útero e poder ser encaminhado para adoção.

Plenário Vereador Pedro Goedert, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco (13/3/2025).

Ilson Donizete Gagliano
Presidente

Ailton Stipp Kuleamp
Vice-Presidente

Rodrigo Cordeiro Maia dos Santos
1º Secretário

Valdeci Rodrigues Dias
2º Secretário

Alex Sandro Aparecido Geremias da Fonseca
Vereador

Emerson da Silva Bertotti
Vereador

Fernando Rodrigues Dorta
Vereador

Levi Izalino Shuindt
Vereador

Sérgio Martins de Oliveira
Vereador